

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 859.660 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: VALDECI GOMES DOS SANTOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCO AURÉLIO ZANOTTO E OUTRO(A/S)</b>

**DECISÃO**

**REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA –  
MATÉRIA IDÊNTICA – ATUALIZAÇÃO  
MONETÁRIA – JUROS DA MORA –  
FAZENDA PÚBLICA – ARTIGO 1º-F DA  
LEI Nº 9.494/97, ALTERADO PELA LEI Nº  
11.960/09 – BAIXA À ORIGEM.**

1. No Recurso Extraordinário nº 870.947, da relatoria do ministro Luiz Fux, o Supremo reconheceu a existência de repercussão geral do tema referente à constitucionalidade do regime de cálculo da correção monetária e dos juros da mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública, instituído pela Lei nº 11.960/09, que alterou a redação do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97.

2. Ante o quadro, considerado o fato de o recurso veicular a mesma matéria, havendo a intimação do acórdão impugnado ocorrido posteriormente à data em que iniciada a vigência do sistema da repercussão geral, bem como presente o objetivo maior do instituto – evitar que o Tribunal, em prejuízo dos trabalhos, tenha o tempo tomado

**RE 859660 / RS**

com questões repetidas –, determino a devolução do processo à origem. Faço-o com fundamento no artigo 328, parágrafo único, do Regimento Interno, para os efeitos do artigo 543-B do Código de Processo Civil.

3. Publiquem.

Brasília, 9 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator